

Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap

Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap
Enap Enap



Introdução à Interoperabilidade

Módulo **3** A arquitetura ePING

Brasília - 2015

Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap |
Enap Enap



Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Gleisson Rubin

Diretor de Desenvolvimento Gerencial

Paulo Marques

Coordenadora-Geral de Educação a Distância

Natália Teles da Mota Teixeira

Conteudista

Ana Paula Pessoa Mello (SLTI/MP) / Hudson Mesquita (SLTI/MP) / Carlos Eduardo Vieira (SLTI/MP)

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

© Enap, 2015

Enap - Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Comunicação e Pesquisa

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Telefone: (61) 2020 3096 - Fax: (61) 2020 3178

Módulo **3** A arquitetura ePING

1. Introdução

Seja bem-vindo ao Módulo 3 do Curso de Interoperabilidade. Após ser apresentado, de forma breve, à ePING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) no Módulo 1, neste Módulo, você terá a oportunidade de saber mais sobre a ePING.

2. A ePING

A arquitetura ePING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.



IMPORTANTE

A ePING é concebida como uma estrutura básica para a estratégia de governo eletrônico, aplicada ao governo federal - Poder Executivo, não restringindo a participação, por adesão voluntária, de outros Poderes e esferas de governo. Para os órgãos do governo federal, Poder Executivo brasileiro, a adoção dos padrões e políticas contidos na ePING é obrigatória ([Portaria SLTI/MP nº 92, de 24 de dezembro de 2014](#)).

No âmbito das entidades supramencionadas, são obrigatórias as especificações contidas na ePING para:

- Todos os novos sistemas de informação que vierem a ser desenvolvidos e implantados no governo federal e que se enquadrarem no escopo de interação, dentro do governo federal e com a sociedade em geral;
- Sistemas de informação legados, que sejam objeto de implementações que envolvam provimento de serviços de governo eletrônico ou interação entre sistemas; e
- Aquisição ou atualização de equipamentos de TIC.

d) Segurança

A interoperabilidade na prestação dos serviços de governo eletrônico deve considerar o nível de segurança requerido pelo serviço.

e) Existência de Suporte de mercado

Todas as especificações contidas na ePING contemplam soluções amplamente utilizadas pelo mercado. O objetivo a ser alcançado é a redução dos custos e dos riscos na concepção e produção de serviços nos sistemas de informações governamentais.

2.3 Estrutura

A ePING conta com os seguintes grupos para operacionalizar seus trabalhos:

- A Comissão de Coordenação da ePING;
- Os grupos de trabalho permanentes organizados por segmentos; e
- Os grupos de trabalho temporários.

Comissão de Coordenação

A Comissão de Coordenação é um grupo deliberativo que tem por objetivos:

- Definir as diretrizes da ePING, deliberar sobre as políticas e especificações técnicas, bem como alterações e acréscimos em função de sua revisão;
- Elaborar e divulgar orientações técnicas, inclusive na forma de manuais e materiais instrucionais;
- Definir objetivos, identificar projetos, promover a colaboração entre os órgãos e entidades e propor medidas relativas ao planejamento e à implementação da ePING;
- Manifestar-se sobre questões técnicas, relacionadas à ePING, suscitadas por órgãos e entidades integrantes do SISP e outros interessados;
- Promover intercâmbio e cooperação técnica nacional e internacional na área de padrões de interoperabilidade de Governo Eletrônico; e
- Fomentar iniciativas de divulgação e de capacitação de servidores públicos para a aplicação da ePING, visando à formação da cultura de interoperabilidade na Administração Pública Federal.

Composição:

- Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP);
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Ministério das Comunicações (MiniCom);
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO);
- Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV);
- Banco do Brasil (BB);
- Caixa Econômica Federal (CEF);
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP); e
- Coordenadores de segmentos.

Segmentos

A arquitetura ePING foi segmentada em cinco partes, com a finalidade de organizar as definições dos padrões. Para cada um dos segmentos, foi criado um grupo de trabalho composto por profissionais atuantes em órgãos dos governos federal, estadual e municipal, especialistas em cada assunto. Esses grupos foram responsáveis pela elaboração dessa versão da arquitetura, base para o estabelecimento dos padrões de interoperabilidade do governo brasileiro.

Interconexão

Estabelece as condições para que os órgãos de governo se interconectem, além de fixar as condições de interoperação entre o governo e a sociedade.

Segurança

Trata dos aspectos de segurança de TIC que o governo federal deve considerar.

Meios de Acesso

São explicitadas as questões relativas aos padrões dos dispositivos de acesso aos serviços de governo eletrônico. São abordadas as políticas e as especificações para estações de trabalho, televisão digital e mobilidade.

Organização e Intercâmbio de Informações

Aborda os aspectos relativos ao tratamento e à transferência de informações nos serviços de governo eletrônico. Inclui padrão de vocabulários controlados, taxonomias, ontologias e outros métodos de organização e recuperação de informações.

Áreas de Integração para Governo Eletrônico

Estabelece a utilização ou construção de especificações técnicas para sustentar o intercâmbio de informações em áreas transversais da atuação governamental, cuja padronização seja relevante para a interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, tais como Dados e Processos, Informações Contábeis, Informações Geográficas, entre outras.

Grupos de Trabalho Temporários

Os grupos de trabalho temporários tratarão de temas específicos com prazo determinado, podendo abranger temas transversais aos segmentos. Serão constituídos pela Comissão de Coordenação da ePING, por meio de Portaria, que indicará o tema, a vigência, os integrantes, o coordenador e as entregas previstas.

2.4 Como participar

- Comissão de Coordenação: grupo fechado. Apenas os órgãos e entidades listados na Portaria nº 92/2014.
- Segmentos: por meio das comunidades no portal do SISP (www.sisp.gov.br) e, mais especificamente, no caso do Segmento 5, pela comunidade no LinkedIn (Comunidade Áreas de Integração: https://www.linkedin.com/groups/Comunidade-%C3%81reas-Integra%C3%A7%C3%A3o6725405?gid=6725405&trk=anet_ug_parent&goback=.gmr_8138006).
- GT Temporário: convite da SLTI.

2.5 Especificações técnicas

Especificação técnica é uma atribuição de classificação aos padrões. As especificações técnicas da ePING são classificadas em quatro níveis de situações que caracterizam o grau de aderência às políticas gerais da arquitetura. Esses quatro níveis são os seguintes:

- Adotado (A): item adotado pelo governo como padrão na arquitetura ePING, tendo sido submetido a um processo formal de homologação realizado por parte de uma instituição do governo ou por uma outra instituição com delegação formal para realizar o processo. Também é considerado homologado quando baseado em uma proposição devidamente fundamentada pela coordenação do segmento, publicada no sítio e aprovada pela Comissão de Coordenação da ePING. Os componentes com padrão nível “Adotado” devem ser obrigatoriamente adotados em novos produtos/projetos de TIC;
- Recomendado (R): item que atende às políticas técnicas da ePING, é reconhecido como um item que deve ser utilizado no âmbito das instituições de governo, mas ainda não foi submetido a um processo formal de homologação. Os componentes de nível “Recomendado” não são obrigatórios, porém são sugeridos para adoção em novos produtos/projetos de TIC;
- Em Transição (T): item que o governo não recomenda, por não atender a um ou mais requisitos estabelecidos nas políticas gerais e técnicas da arquitetura; é incluído na ePING em razão de seu uso significativo em instituições de governo, tendendo a ser desativado assim que algum outro componente venha a apresentar condições totais de substituí-lo. Convém salientar que o desenvolvimento de novos serviços ou a reconstrução de partes significativas dos já existentes devem evitar o uso de componentes classificados como transitórios; e
- Em Estudo (E): componente que está em avaliação e poderá ser adotado, assim que o processo de avaliação estiver concluído.

2.6 Produtos

Material de Apoio

Manual do Gestor de Interoperabilidade - Tem como público-alvo principal os gestores de TIC dos órgãos do Governo. Esse documento possui diretrizes de gestão para a utilização adequada da ePING, assim como indicações de ações promovidas em nosso país com o objetivo de promover uma gestão de serviços governamentais direcionada à interoperabilidade. (<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/manual-do-gestor-de-interoperabilidade/download>).

Cartilha Técnica de Interoperabilidade - Tem como público-alvo os profissionais técnicos que atuam na TIC. Esse documento apresenta os requisitos técnicos, descreve práticas de projeto e indica melhores usos de tecnologias de mercado como forma de se atingir interoperabilidade governamental de melhor qualidade e maior abrangência. (<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/guia-de-interoperabilidade-cartilha-tecnica/download>).

Guia de Bolso ePING: é um documento com as especificações dos 5 segmentos classificadas como “Adotado” ou “Recomendado”. Guia de referência rápida aos padrões. (<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/guia-de-bolso-e-ping>).

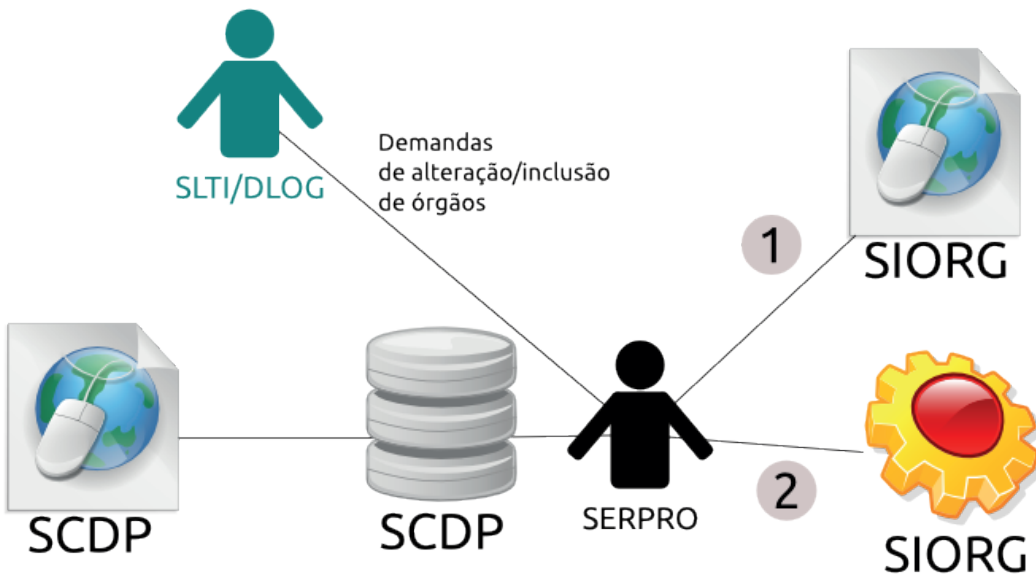
O SCDP não tem um controle de órgãos na sua página do sistema e, a cada mudança, é feita uma demanda pela DLOG/SLTI para o SERPRO, que pode realizar um dos dois procedimentos:

1. Procedimento manual: O SERPRO entra na página do SIORG, verifica os dados da unidade administrativa e cria um script SQL para alteração do banco de dados do SCDP;

Ou

2. Utiliza o WS atual: O SERPRO utiliza o WS atual para alteração das unidades administrativas.

Imagem 3: Controle de Órgãos no SCDP



- 1 Procedimento Manual
- 2 Utiliza o WS atual

Fonte: DGE/SLTI

- **Adoção dos padrões de dados geoespaciais.** A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE foi instituída pelo Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, com a seguinte definição: “conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal”.

o seu órgão e também para gerar valor para a sociedade. Estamos à disposição para continuar ajudando! Contato: eping@planejamento.gov.br.

Até a próxima!

4 Referências Bibliográficas

1. SILVA, Rafael Lopes da, Perfil MGB: O Padrão de Metadados da INDE, disponível em: http://www.mundogeoconnect.com/2012/arquivos/31k/Rafael_Lopes_da_Silva, acesso em: 10/06/2015.

Material Complementar

1. Materiais de Apoio sobre a INDE:

- LUNARDI, Omar Antônio e outros, O Exército Brasileiro e os Padrões de Dados Geoespaciais para a INDE, disponível em: https://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIV/CD/artigos/Todos_Artigos/042_2.pdf, acesso em: 25 de junho de 2015.
- CONCAR, INDE-Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br>, acesso em: 25 de junho de 2015.
- SILVA, Rafael Lopes da, Geopublica - Geotecnologias para a gestão pública, disponível em: http://www.geopublica.ba.gov.br/download/docs/Geopublica2012_Palestra_4_INDE, acesso em: 25 de junho de 2015.